

EDUCAÇÃO FÍSICA E INCLUSÃO: O QUE PENSAM OS ALUNOS SEM DEFICIÊNCIA?

BIANCA PAGEL RAMSON¹; **GABRIELE RADÜNZ KRÜGER** ²; **ALEXANDRE CARRICONDE MARQUES**³

¹*Universidade Federal de Pelotas – biancaramson@gmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – gabriele.rk@gmail.com*

³*Universidade Federal de Pelotas Orientador – amcarrconde@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

As repercussão extraordinária do processo inclusivo na escola gerou um movimento de desenvolvimento das potencialidades dos alunos com deficiência, o que consequentemente implicou em avanços educacionais e sociais (CARITA e CARVALHO; 2016). Corroborando com os avanços no processo educacional a Educação Física tem contribuído significativamente com as novas formas de ensino-aprendizagem, e é através de exercícios físicos, jogos, brincadeiras e esportes, que se oportuniza o desenvolvimento da socialização, autoestima, formação de atividades positivas e crescimento moral (FÁVERO, 2011; MENDONÇA; FLAITT, 2013).

Pesquisas tem dissertado sobre a percepção de professores em relação à inclusão na escola (CARVALHO ET AL, 2017; GORGATTI, JUNIOR ET AL, 2009; PALMA, MANTA, 2010) e pesquisas sobre inclusão em uma abordagem das pessoas com deficiência (ALVES, DUARTE, 2014; VASCONCELLOS ET AL, 2016; LIPPE, ALVES, CAMARGO, 2012), mas pouco se investiga como os alunos sem deficiência percebem o processo inclusivo nas aulas de educação física. Portanto, este estudo tem como objetivo geral descrever **a percepção dos alunos sem deficiências, quanto à participação de seus colegas com deficiência nas aulas de Educação Física (EF)** nas escolas comuns na cidade de Canguçu.

2. MATERIAS E MÉTODOS

Este estudo caracteriza-se como um estudo descritivo (GAYA & COLABORADORES, 2016). A população da pesquisa foi composta por alunos da rede pública regular de ensino de Canguçu/RS, sendo uma municipal e uma estadual. A seleção da amostra foi realizada de forma intencional, sendo escolhidas as turmas da 4^a serie/ano, 6^a serie/ano, 8^a serie/ano do ensino fundamental e 2^o ano do ensino médio.

O instrumento utilizado foi adaptado do estudo de Alciati (2011) sendo um questionário fechado com 15 perguntas com três opções (sim, não, não se aplica).

O referido instrumento abarcou quatro categorias: identificação, relacionamento com colegas, condições estruturais/pedagógicas gerais e aspectos relacionados à educação física.

O questionário foi aplicado a todos os alunos presentes no dia da coleta, mediante autorização de pais ou responsáveis, além da autorização das escolas. Após a coleta, os dados foram computados e tabulados em planilha Excel, posteriormente submetidos à análise estatística. Para análise dos dados foram utilizados recursos de estatística paramétrica e não paramétrica, onde foram verificadas as medidas de tendência central (médias e desvio padrão) e frequências, para a descrição dos resultados e aplicado o teste t e anova para verificar possíveis diferenças de médias. Os dados foram analisados no programa SPSS 20.0, com nível de significância de $p < 0,05\%$.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como resultado para esse estudo, a amostra constituiu-se de 124 indivíduos, sendo $n=59$ (47,2%) composto pelo sexo masculino, $n=57$ (45,6%) do sexo feminino, e $n=8$ (6,4%) não responderam. A idade mínima é de 9 anos e a idade máxima é de 18 anos ($\Sigma 12,99$ e $DP= 2,5$). A série/ano que apresenta participação significativa no estudo é o 8º ano/ série do ensino fundamental, tendo 29,6 % ($n=37$) de influência nos achados, seguindo-se assim de 28,0% ($n=70$) dos 4º e 6º anos do ensino fundamental. E 13,6% ($n=17$) do 2º ano do Ensino médio, o que neste estudo a corresponde a 100% das amostras para do ensino médio.

Referente às aulas de educação física e a participação durante as atividades, à prevalência positiva em relação aos tópicos demonstrando que os alunos compreendem a importância da educação física assim como a participação do colega com deficiência, ressaltando que não apresentam dificuldades em participar e aprender com os colegas com deficiência durante as aulas e que gostam da sua participação nas atividades. Para os achados sobre a ajudar os colegas, 61,6 % ($n=77$) disseram que SIM, já 24,8% ($n=31$) não souberam avaliar essa variável e apenas 10,4% ($n=13$) responderam que não ajudam quando há necessidade. E cabe aqui estabelecer uma relação sobre o índice de ajuda dos alunos sem deficiência para com os alunos sem deficiência. Os dados apresentados nessa pesquisa mostram resultados positivos ao processo inclusivo, para tanto a presença dos colegas com deficiência NÃO dificulta a aprendizagem 71,2 % ($n=89$), já 12% ($n=15$) disseram que SIM, percebem dificuldades em sua aprendizagem e 15,2 % ($n=19$ não souberam afirmar). No estudo de Alciatti (2011) os respondentes afirmam que os alunos com deficiência não prejudicam a

aprendizagem dos colegas, mas incapacitação dos professores à inclusão provoca a exclusão dos alunos com deficiência, o que consequentemente, torna a inclusão e seu aprendizado pouco produtivo. O que mostra também que os professores têm condições de gerenciar as diferentes diferenças e deficiências em sua sala de aula, pois, trabalhar com alunos com deficiência não requer utilização de termos e nomenclaturas, mas a eliminação de barreiras dentro da escola e diferentes estratégias pedagógicas que possibilitem inclusão social e pleno exercício de cidadania. (ALCIATTI, 2011).

4. CONCLUSÕES

Com os resultados obtidos através da pesquisa, observa-se que a participação de alunos com deficiências nas aulas de educação física, na ótica de seus colegas sem deficiências foi positiva para todos os itens do estudo, mostrando que o processo inclusivo na escola e nas aulas de educação física é benéfico e uma excelente ferramenta de desenvolvimento educacional e social.

Observam-se limitações que a escola enfrenta no processo inclusivo de forma efetiva, mas tem-se a convicção de que está no caminho certo, seja buscando conhecimento ou oportunizando experiências da integração de pessoas com e sem deficiência. Identifica-se ainda, que existe uma carência de estudos relacionados à percepção de como os alunos sem deficiência compreendem e vivenciam o processo inclusivo, com a necessidade de que outras pesquisas e intervenções relacionadas a essa área sejam desenvolvidas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCIATI , A C;

http://bdm.unb.br/bitstream/10483/2366/1/2011_AngelaCristinaAlciati.pdf.
TESE (Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão)
UAB/UNB. Itapetininga. Brasília. 2011

ALVES, M.L.T. ; DUARTE E.; 2011- Os caminhos percorridos pelo processo inclusivo de alunos com deficiência na escola: uma reflexão dos direitos construídos historicamente -2011

CARITA A; CARVALHO C - Qualidade inclusiva da escola. Representações da comunidade educativa de uma escola frequentada por um aluno com Síndrome de Asperger . Revista Lusófona de Educação, 34, 201

CARVALHO et al; A Percepção Dos Discentes De Educação FÍSICA SOBRE A INCLUSÃO ESCOLAR: Reconstruções Por Intervenção Na Formação Inicial. Motrivivência v. 29, n. 50, p. 153-169, maio/2017.

FÁVERO. O; FERREIRA W.; Tornar a educação inclusiva. – Brasília: UNESCO, 2009

GAYA, A. Projetos de Pesquisa científica e pedagógica: o desafio da iniciação científica. - Belo Horizonte: Casa da educação física, 2016.

GORGATTI M. G. JÚNIOR D.R; Percepções dos Professores Quanto à Inclusão de Alunos com Deficiência em Aulas de Educação Física. Motrivivência. Porto Alegre, v. 15, n. 02, p. 119-140, abril/junho de 2009.

LIPPE E.O.* ALVES F.S.; CAMARGO E.P.; Análise Do Processo Inclusivo Em Uma Escola Estadual No Município De Bauru: A Voz De Um Aluno Com Deficiência Visual. Revista Ensaio | Belo Horizonte | v.14 | n. 02 | p. 81-94 | maio-ago | 2012.

PALMA L.E. MANTA S.W.; Alunos com deficiência física: a compreensão dos professores de Educação Física sobre a acessibilidade nos espaços de prática para as aulas. Disponível em:
<http://www.ufsm.br/revistaeducacao>. Educação, Santa Maria, v. 35, n. 2, p. 303-314, maio/ago. 2010.

VASCONCELOS ET AL; Inclusão e educação física no município de Rio Grande: reflexões sobre as percepções dos educandos com deficiência. Movimento, Porto Alegre, v. 22, n. 2, 835-848, jul./set. de 2016.